

Destaque

Especialistas ouvidos pela "Vida Económica" rejeitam orçamento da PAC para 2021-2027 e receiam os efeitos no segundo pilar

Proposta de orçamento europeu 2021-2027 é "péssima" para a Agricultura

Págs. IV e V



Destaques

UE vende 'stocks' de leite em pó "de forma cautelosa" para "evitar perturbações no mercado"

Pág. II

Colinas do Douro investe 5,5 milhões em adega própria com 'mão' de Souto Moura

Pág. VII

CETA permite poupar mais de 500 milhões por ano nas exportações para o Canadá

Pág. VIII

Editorial

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt



Agricultura e coesão

Ainda que torturados, os números não mentem. E as estatísticas dizem que, apesar de 22 anos de integração na UE, vivemos um crescente despovoamento, envelhecimento e empobrecimento do interior, que os milhares de milhões de euros dos sucessivos quadros comunitários (ainda) não fizeram inverter. E as regiões ditas de baixa densidade – há quem lhes chame territórios de elevado potencial, embora nas últimas décadas esse potencial se tenha confinado a extensos relatórios guardados na gaveta – representam 2/3 de Portugal.

Ao invés de chamar os representantes do Poder ao interior, o Movimento pelo Interior foi a Lisboa traçar o diagnóstico ao Poder. Lembrou-lhe, ao Poder, que a densidade populacional média do interior é hoje de 0,28 hab/Km², enquanto o mesmo indicador para o litoral é de 104,2 hab/km², sendo que, nas áreas metropolitanas de Lisboa (2,8 milhões) e do Porto (1,8 milhões) está concentrada cerca de 45% da população total do continente. Aliás, entre 1960 e 2016 a população residente no litoral aumentou em 52,08%, enquanto no interior diminuiu em 37,48%. Veremos se as propostas levadas à capital, mormente as de natureza fiscal, não caem em saco roto.

No Programa Nacional para a Coesão Territorial apresentado pelo Governo, diz-se que "é urgente afirmar pela positiva o interior do país" e "promover e valorizar os recursos endógenos, identificar e estimular projetos estruturantes, alinhar competências e investimentos, apostar no desenvolvimento económico inteligente e no reforço das atividades em rede, no país e entre Portugal e Espanha". Esperamos (sentados?) para ver.

Mas é preciso ver além deste retângulo, porque o problema da coesão não é só português. Foi, aliás, em nome desse conceito que se construiu o projeto europeu. E ninguém ousa questionar que a agricultura – que representa 1,5% do PIB da União – dá um contributo decisivo nesse domínio, não só produzindo alimentos e contribuindo para a soberania alimentar de cada Estado-membro, mas como fator de fixação demográfica e de ocupação do território, assim como elemento de agregação económica, social e, até, cultural.

Conhecida a proposta de orçamento europeu para o período 2021-2027, que privilegia as dotações para as migrações ou o sistema europeu de defesa, em detrimento da agricultura e da coesão – para a Política Agrícola Comum apenas destina 365 mil milhões de euros face aos 408,31 mil milhões disponíveis no atual quadro –, só me ocorre uma palavra: desilusão.

Partilho, pois, das palavras do presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro, e do professor do ISA Francisco Gomes da Silva neste "Agrovida": este é "um jogo perigoso". É "um péssimo sinal político que a Europa dá aos cidadãos".

Lactogal perde fornecimento de produtos lácteos à Mercadona



José Passinhas, administrador delegado da Lactogal.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

A cooperativa andalusa Covap comprou à Lactogal a fábrica de Meira, em Lugo, após uma disputa laboral naquela unidade industrial que emprega cerca de 70 trabalhadores e labora 24 horas por dia. Com esta operação, a empresa de laticínios portuguesa, que opera em Espanha através da sua filial Leche Celta, perde um importante cliente no país vizinho, a cadeia de distribuição Mercadona, que detém 1627 lojas e registou vendas de 22.915 milhões de euros em 2017 e da qual a cooperativa é fornecedora exclusiva de lácteos, através da marca

88,6% do volume de negócios da companhia, no valor de 944,2 milhões de euros.

A Lactogal garante que “é uma das empresas líderes em Espanha no fabrico de marcas de distribuição de leite e produtos lácteos, liderando atualmente a produção de leite biológico neste mercado e impulsionando, junto dos seus produtores, projetos de produção com mais valor acrescentado”.

Detém unidades fabris na Galiza, Santander e em Ávila e realizou, em 2017, “investimentos no valor de 10 milhões de euros, destinados a reforçar a eficiência e a flexibilidade das suas fábricas”. Este ano, diz a empresa portuguesa, o valor

A Lactogal concentra a sua presença em Portugal e Espanha que representam, no conjunto, 88,6% do volume de negócios com o valor de 944,2 milhões de euros

Hacendado, com garantia de “matéria-prima e produto final com origem 100% espanhola”.

A notícia foi avançada na última semana pelo jornal espanhol “Expansión”, que não avançou o montante da operação. A Lactogal, questionada pela “Vida Económica”, também não revelou o valor do negócio nem respondeu a qualquer outra pergunta, limitando-se a enviar um comunicado onde assume a operação. “A venda [da Covap] põe fim, em Espanha, a 20 anos de relação comercial entre a Lactogal e a Mercadona”, diz a empresa portuguesa a que preside Casimiro de Almeida.

A Leche Celta é uma empresa de laticínios com sede na Galiza há mais de 25 anos, detida desde 2006 pelo grupo Lactogal. Registou, em 2017, um volume de negócios de 319 milhões de euros. Recolhe anualmente mais de 400 milhões de litros de leite, a maior parte com origem na comunidade galega. Por sua vez, a Lactogal, que tem como acionistas as cooperativas Agros, Proleite e Lacticoop, concentra a sua presença em Portugal e Espanha, países que representam, no conjunto,

dos investimentos nas unidades industriais em Espanha deverá atingir “oito milhões de euros”.

O jornal “Expansión” referiu que, com esta operação, a Lactogal, que recolhia cerca de 410 mil toneladas de leite por ano em Espanha, reduzirá em 40% a sua capacidade de aprovisionamento. Questionada pela “Vida Económica”, a empresa não confirmou nem desmentiu esta informação. Através de comunicado apenas diz que “a matéria-prima base da atividade do grupo – o leite – foi, em 2017, totalmente adquirida em Portugal e Espanha, representando, no total, um volume de 1426 milhões de litros recebidos e, em Portugal continental, um volume superior a 1000 milhões de litros de leite, o que representa um total de 55% da produção portuguesa”.

O grupo Lactogal detém as marcas Adagio, Agros, Castellões, Castelinhos, Celta, Fresky, Gresso, Matinal, Milhafre dos Açores, Mimoso, Pleno, Primor, Serra Dourada, Serra da Penha, Vigor, entre outras. A 31 de dezembro de 2017, trabalhavam no grupo Lactogal 2116 pessoas.

Fonte oficial do gabinete do comissário Phil Hogan desvaloriza fim da validade do produto

UE vende ‘stocks’ de leite em pó “de forma cautelosa” para “evitar perturbações no mercado”

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Três anos após o fim das quotas leiteiras, em 1 de abril de 2015, há 371 850 toneladas de leite em pó armazenadas em silos em vários países da Europa, em resultado das intervenções previstas na Política Agrícola Comum (PAC) para regular o mercado e evitar a derrocada dos preços após a liberalização do setor.

A Comissão Europeia, questionada pela “Vida Económica” sobre o limite da validade do produto – três anos – e o fim que será dado ao mesmo, respondeu que, “quando devidamente armazenadas, as características de composição do leite em pó não se alteram com o tempo”. Situação que, diz, está garantida pelas disposições previstas nos regulamentos de intervenção pública (artigo 11.º-E do Regulamento OCM 1308/2013 e Regulamentos da Comissão 2016/1238 e 2016/1240).

Fonte oficial do gabinete do comissário da Agricultura, Phil Hogan, referiu, no entanto, que, no mercado, “os compradores podem fazer ofertas com preços mais baixos para aquele leite em pó do que para o leite em pó ‘recém-produzido’, sabendo eles que esse leite está armazenado há muito tempo e que os ‘stocks’ são abundantes”.

Vendas reais “têm sido bastante limitadas até agora”

Em todo o caso, “essa é a abordagem comercial, que não altera a qualidade de composição do produto”, adiantando a mesma fonte que estão “a libertar” esses ‘stocks’ no mercado “de acordo com o quadro jurídico da União Europeia, que prevê a sua venda por concurso”. Mas “tudo isto é operado de forma cautelosa, de modo a evitar perturbações no mercado”, diz a Comissão Europeia, que admite, contudo, que as vendas reais “têm sido bastante limitadas até agora” e que “dependem da qualidade [leia-se preço] das ofertas recebidas”.

A maior parte do leite em pó armazenado – um formato conveniente e flexível que permite a utilização da matéria-prima para uma grande variedade de produtos – data de 2015 e 2016, os anos que se seguiram ao fim das quotas leiteiras e em que foram registados os maiores ‘stocks’ de intervenção. O seu prazo máximo de validade

é de três anos, apurou a “Vida Económica” junto de várias fontes ligadas ao setor dos laticínios, pelo que parte desse produto em ‘stock’ se encontra no limite da sua utilização.

Esse alerta foi, aliás, lançado pelo eurodeputado português Miguel Viegas, do PCP, que na edição de maio deste suplemento “AgroVida” havia manifestado à “Vida Económica” a sua preocupação por não haver “nenhum avanço” e pela ausência de respostas por parte da Comissão Europeia.

Miguel Viegas questionou a Comissão, por escrito, sobre como pensa escoar os atuais ‘stocks’ de leite em pó sem desestabilizar o mercado, considerando que se está “numa situação de impasse, com o preço de intervenção (169,8 euros/100 kg) a continuar acima do preço de mercado médio do

possível retirar leite do mercado, não restando nenhum outro mecanismo para compensar o excesso de oferta”, sugerindo até usar o Programa Alimentar Mundial da ONU para escoar o leite em pó para quem mais precisa”.

Questionada sobre estas preocupações e sobre a ausência, até agora, de qualquer resposta ao eurodeputado Miguel Viegas, a mesma fonte do gabinete do comissário Phil Hogan assegurou que “está a ser preparada uma resposta para o deputado” e que a mesma “será publicada ‘online’ como qualquer outra resposta a perguntas parlamentares”.

Em resposta à “Vida Económica”, o gabinete do comissário esclarece ainda que, “desde 2014, a UE tem um novo programa de ajuda alimentar gerido e financiado fora da Política



leite em pó para alimentação humana (162,9 euros/100 kg). E ainda perguntou como está a situação da venda de leite em pó para a alimentação animal, onde o preço de intervenção “continua igualmente acima do preço de mercado (144,05 euros/100 kg contra 142,3 euros/100 kg)”.

O eurodeputado comunista frisou que esta situação “cria dois problemas”. O primeiro, “de caráter moral”, que se vai colocar “quando o leite em pó for ultrapassando o prazo de validade”, o que, em sua opinião, “é uma questão de meses” para que tal aconteça, uma vez que “o prazo de três anos está a esgotar-se para a maioria do leite em ‘stock’ que resultou de intervenções de 2015 e 2016”.

“Doação de produtos em intervenção pública já não é possível”

O segundo problema, diz, “irá rebentar quando o preço do leite começar a descer”. Aí, avisa Miguel Viegas, “ou se alteram os limites, ou não será

Agrícola Comum (PAC)” e que “o orçamento anterior foi transferido da PAC para o Fundo Europeu de Ajuda às Pessoas Mais Carenciadas (FEAD)”, pelo que “a doação de produtos em intervenção pública do fundo CAP já não é possível de acordo com a base jurídica atual”.

No entanto, explica a mesma fonte, “o Regulamento OCM prevê a possibilidade de dispor de produtos comprados no quadro da intervenção pública, disponibilizando-os para o regime de distribuição de géneros alimentares às pessoas mais carenciadas da União”, mas que o mesmo “exige que o valor contabilístico de tais produtos seja ao nível do preço de intervenção pública fixo relevante, ou seja, que conduza a uma operação orçamental neutra para o fundo da PAC”. Por outro lado, de acordo com os “compromissos internacionais da UE”, a ação da União Europeia a favor das populações carenciadas “materializa-se principalmente em numerário”, sendo que apenas em “casos excecionais” a ajuda é feita em espécie.

TICKET TO THE WORLD

ProWine takes you
to the world's key markets.



13 - 15 Nov 2018
Shanghai, China



17 - 19 Mar 2019
Düsseldorf, Germany



07 - 10 May 2019
Hong Kong
31 Mar - 03 Apr 2020
Singapore

Find out more at www.prowein-world.com

ProWine China & ProWine Asia
in cooperation with UBM Allworld

Informações: Walter & Cia., Lda.
Largo de Andaluz, 15, 3º Esq. - 2
1050-004 Lisboa
Tel. +351-213 556 254 _ Fax +351-213 539 311
geral@walter.pt
www.walter.pt



Messe
Düsseldorf

ESPECIALISTAS OUIDOS PELA "VIDA ECONÓMICA" REJEITAM ORÇAMENTO DA PAC PARA 2021-2027 E RECEIAM OS EFEITOS NO SEGUNDO PILAR

Proposta de orçamento europeu 2021-2027 é "péssima" para a Agricultura

A Comissão Europeia apresentou há um mês uma proposta de orçamento de longo prazo de 1,135 mil milhões de euros de autorizações (a preços de 2018) para o período de 2021 a 2027, equivalente a 1,11% do rendimento nacional bruto (RNB) da UE27, devido ao 'Brexit'. Para a Política Agrícola Comum (PAC), propõe um orçamento de apenas 365 mil milhões de euros (face aos 408,31 mil milhões disponíveis no atual quadro), acrescidos de 10 mil milhões de euros através do Horizonte 2020.

A "Vida Económica" foi ouvir opiniões. E, apesar das diferenças nos argumentos, todas são unânimes, podendo resumir-se na afirmação da eurodeputada do PSD quando diz que "qualquer proposta que contenha uma redução no orçamento da Agricultura é péssima", rejeitando-a "veementemente".

Sofia Ribeiro vai ainda mais longe: "esta proposta torna-se ainda mais grave quando acompanhada de uma redução na política de coesão" que, a ser aprovada, "aumentaria as assimetrias entre Estados-membros, dentro das suas regiões e de cada país". E isso, diz, "é inadmissível".

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

A União Europeia (UE) tem novas prioridades em matéria orçamental para o período 2021-2027 – as migrações e o sistema europeu de defesa – e propõe-se financiá-las com novos recursos (cerca de 80%), reafetações e poupanças (à volta de 20%) e através da diversificação das fontes de financiamento, que representam cerca de 12% do futuro orçamento total da UE.

O problema está nas consequências que isto traz para o orçamento da PAC. E apesar de o comissário europeu da Agricultura, Phil Hogan, ter dado a garantia de que, apesar da proposta de redução de 5% nas verbas para a Agricultura, Portugal não deverá sofrer cortes nos pagamentos diretos aos agricultores, os especialistas ouvidos pela "Vida Económica" estão receosos.

O presidente da CAP fala de uma "redução extremamente elevada e penalizadora para o setor agrícola" e, quanto ao segundo pilar, "a situação é mais

preocupante, uma vez que a redução é da ordem dos 17%, não se conhecendo a divisão por país, o que é inaceitável, particularmente tendo em conta a importância" que este pilar tem para Portugal.

O dirigente concede que, "num cenário de redução orçamental, não poderemos dizer que seja um mau ponto de partida, mas também não deveremos deixar de ter em conta que Portugal se encontra na 23ª posição em termos das verbas de que beneficia por hectare e que o nosso país é, de facto, dos que menos auferem no conjunto dos países europeus".

Eduardo Oliveira e Sousa não tem dúvidas de que, "desta forma, o desígnio da convergência de Portugal com a média comunitária fica comprometido e que, na realidade, o aumento de um euro por hectare para o nosso país nem sequer se pode considerar uma medida convergente".

Frisando que a PAC é "uma política com muito mais vertentes do que apenas a competitividade e o rendimento", Oliveira e Sousa antevê que a rubrica do desenvolvimento rural, que abrange medidas agroambientais, biodiversidade, manutenção das paisagens, ecocondicionalidade, proteção da água e floresta, entre outros aspetos, "irá obrigatoriamente ser afetada num cenário de decréscimo orçamental". E isso, diz, "refle-



Phil Hogan, comissário europeu da Agricultura.

período que se adivinha de enormes desafios coletivos (alterações climáticas, migrações, defesa, etc), este é um péssimo sinal político que a Europa dá aos cidadãos ao afetar menos meios financeiros para resolver problemas maiores".

Ainda assim, diz Gomes da

mais correta, tendo em conta a nossa especificidade", diz. E como "não é fácil um 'corpo tão grande' como é a Europa ter um 'cérebro suficientemente ágil' que lhe permita conhecer bem todos os recantos desse corpo", a solução inteligente "também poderá passar pela maior articulação efetiva entre os diversos fundos (FEADER, FEDER, FSE, FC)".

"Agricultores terão muitas dificuldades em concorrer ao Horizonte 2020"

Os eurodeputados Marisa Matias (Bloco de Esquerda) e Nuno Melo (CDS) não responderam às questões colocadas pela "Vida Económica". Já os responsáveis pela área da Agricultura dos restantes partidos – PCP, PS e PSD – com assento europeu disseram 'sim' a esse repto.

Miguel Viegas (PCP) não hesita em dizer que este é "um péssimo ponto de partida". Para além de que "a redução de 5% nem sequer corresponde à realidade", pois, "à medida que mais informação é libertada, verificamos que os cortes em termos reais são da ordem dos 15% e poderão atingir 23% no desenvolvimento rural (segundo pilar)". E, acrescenta o eurodeputado, "este corte no segundo pilar afeta duplamente Portugal, porque no nosso caso o peso do segundo pilar repre-

senta 50% do envelope global, enquanto a média europeia representa cerca de 20%".

O PCP "opõe-se", portanto, a estes cortes, "na medida em que afetam a nossa capacidade produtiva", diz Miguel Viegas, frisando que, para o seu Partido, "a prioridade está na Coesão e no Desenvolvimento e não na Segurança e Defesa".

Questionado sobre um futuro reforço de 10 mil milhões de euros para a Agricultura através do sucessor do Horizonte 2020, o programa-quadro para a investigação e inovação, Miguel Viegas não se convence.

"Quem conhece o meio agrícola sabe que isto não tem pé nem cabeça", diz o eurodeputado, avisando que "o Horizonte 2020 é um programa competitivo onde Portugal e, por maioria de razão, os seus agricultores terão muitas dificuldades em concorrer com países maiores e mais avançados, que acabam por ficar com a esmagadora maioria do bolo".

POSEI "está salvaguardado"

Ricardo Serrão Santos (PS) constata que "esta proposta orçamental surge num contexto de pressão financeira sem antecedentes", que obriga a cortar os cerca de 10 mil milhões de euros que se perdem com a saída do Reino Unido. Mas, apesar de um "contexto difícil de gerir" em matéria de

repartição financeira, o eurodeputado socialista está confiante que, desta proposta de orçamento, ainda que "sujeita a negociação", "Portugal tem uma grande probabilidade de sair beneficiado da negociação relativamente ao passado, pela posição relativa que ocupa atualmente na distribuição das ajudas diretas" (primeiro pilar da PAC).

No entanto, diz o eurodeputado socialista, isto "deixa antever que pode estar previsto um corte no desenvolvimento rural (o segundo pilar da PAC", o que, "a confirmar-se, não nos agradaria".

Ricardo Serrão Santos não tem dúvidas de que "a resiliência, sustentabilidade e competitividade do setor agrícola exigem um grande empenho financeiro, porque a agricultura

Mudar o princípio político do 'é preciso dar dinheiro a todos'

A experiência de décadas de trabalho do engenheiro agrônomo e fundador da Ruris e da Espaço Visual, José Martino, dão-lhe margem para afirmar que "estes processos de negociação dos pacotes de ajudas à agricultura no âmbito da PAC iniciam-se com propostas baixas que terminam em melhorias, maiores ou menores, em função da qualidade dos negociadores em presença em cada quadro".

Portanto, "haverá um montante limitado de ajudas que não fomentará a desejável convergência consignada nos tratados da EUE".

José Martino está ciente de que "a negociação tem pouca margem para melhorar a pro-

A proposta de orçamento para 2021-2027 "não é satisfatória", disse à "Vida Económica", no Canadá, o presidente do Governo regional dos Açores, Vasco Cordeiro. Fragilizar as políticas de coesão e a PAC é "um jogo muito perigoso"

é uma atividade económica peculiar, vulnerável aos efeitos do clima, doenças e pragas". Esses requisitos exigem também "um grande empenho - e despesa - dos agricultores", embora, no seu entender, a agricultura portuguesa tenha já "demonstrado que há setores com sucesso, independentemente de receberem ajudas da PAC mais modestas, como é o caso do setor das frutas".

Por outro lado, diz, "há regiões, como as ultraperiféricas, ou seja os Açores e a Madeira, no caso de Portugal, que, pela sua pequena dimensão, insularidade e dependência, carecem de um apoio continuado ao setor agrícola, de forma a garantir a viabilidade das explorações". Tudo, porque "a agricultura é, para estas regiões, o setor chave da economia regional e da criação de emprego".

O eurodeputado socialista, oriundo dos Açores, mostra-se confiante quanto às verbas comunitárias para os Açores e a Madeira, explicando que "tudo indica" que o POSEI – Programa de Opções Específicas para fazer face ao Afastamento e Insularidade das duas regiões autónomas – "está salvaguardado", o que "é um sinal positivo a favor do equilíbrio territorial".

tas de resposta aos superiores interesses das agriculturas de Portugal", como para os jovens agricultores, a mudança da estrutura fundiária, o desenvolvimento das regiões interiores de Portugal, para responder às alterações climáticas ou às necessidades da digitalização.

Defende, por isso, que "a aplicação das ajudas da PAC 2021-2027 deva ser uma oportunidade e um exemplo da mudança".

"Impacto dos cortes é muito superior ao anunciado"

Sofia Ribeiro diz que esta é, "por princípio, uma péssima proposta inicial [de orçamento], que rejeitamos veementemente", desde logo porque o "impacto dos cortes é muito superior ao anunciado", com a proposta da Comissão Europeia a assentar "num corte de mais de 15% para a Agricultura".

A eurodeputada do PSD e também relatora do relatório do Parlamento Europeu sobre o próximo Quadro Financeiro Plurianual lembra que "já rejeitávamos, por proposta minha, qualquer redução no setor agrícola" e alerta para o facto de a proposta orçamental ser "agravada pelo facto de assentar em pressupostos que de forma alguma podem ser assumidos como garantidos".

A eurodeputada avisa que "um possível aumento ou manutenção do orçamento da PAC para alguns Estados-membros, nomeadamente para Portugal, fruto de uma melhor redistribuição assente no 'capping', na degressividade e na convergência, pode constituir um aliciente e corresponder às nossas expectativas".

No entanto, "não pode, de forma alguma, ser dado por garantido", dada a "grande controvérsia entre Estados-membros". Em todo o caso, rejeita que a "Agricultura, de forma global, volte a perder financiamento".

Por outro lado, diz, "esta proposta torna-se ainda mais grave quando acompanhada de uma redução na política de coesão que, como sabemos, se destina a apoiar os Estados-membros e as regiões menos desenvolvidas, e que acaba por ter uma expressão fundamental nas zonas rurais". Sofia Ribeiro não tem dúvida: "Estamos perante uma proposta de orçamento que, a ser aprovada, aumentaria as assimetrias europeias, quer entre Estados-membros, quer entre as suas regiões, mesmo dentro de cada país". E isso, diz, "é inadmissível".

SOFIA RIBEIRO
Eurodeputada do PSD e relatora do relatório sobre a posição da Agricultura no Quadro Financeiro Plurianual Pós 2020

"Estamos perante uma proposta de orçamento que, a ser aprovada, aumentaria as assimetrias europeias, quer entre Estados-membros, entre as suas regiões e mesmo dentro de cada país. E isso é inadmissível"



RICARDO SERRÃO SANTOS
Eurodeputado do PS, membro da Comissão das Pescas e membro suplente da Comissão de Agricultura

"Esta é uma proposta sujeita a negociação. Portugal tem uma grande probabilidade de sair beneficiado relativamente ao passado, pela posição relativa que ocupa na distribuição das ajudas diretas"



MIGUEL VIEGAS
Professor universitário, deputado do PCP ao Parlamento Europeu e membro da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários

"Os cortes em termos reais são da ordem dos 15% e poderão atingir 23% no desenvolvimento rural. Este corte afeta duplamente Portugal, porque o peso do segundo pilar representa 50% do envelope global"



EDUARDO OLIVEIRA E SOUSA
Presidente da CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal

"Relativamente ao segundo pilar, a situação é mais preocupante, uma vez que a redução [do orçamento] é da ordem dos 17%, não se conhecendo a divisão por país, o que é inaceitável"



JOSÉ MARTINO
Engenheiro agrônomo e fundador da Ruris e Espaço Visual

"A negociação tem pouca margem para melhorar a proposta inicial, exceto se o Governo português correr riscos políticos e ameaçar bloquear a decisão final, caso não tenha um valor de ajudas substancialmente mais elevado"



FRANCISCO GOMES DA SILVA
Docente do Instituto Superior de Agronomia de Lisboa e sócio-fundador da Agrogres

"Não desvalorizando a importância de se conseguir um valor global satisfatório, é mais importante conseguirmos regras de aplicação que nos permitam aplicar esse montante da maneira mais correta"



Presidente da República no 'World Olive Oil Summit'

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, e os comissários europeus Phil Hogan e Carlos Moedas, respetivamente com as pastas da Agricultura e Desenvolvimento Rural e Investigação, Ciência e Inovação, vão marcar presença no primeiro 'World Olive Oil Summit' (WOOS), integrado na Feira Nacional de Agricultura, que decorre de 2 a 10 de junho, em Santarém, dedicada ao tema "Olival e Azeite".

De acordo com a organização, o Congresso Nacional do Azeite pretende ser "um fórum de discussão internacional sobre diversas matérias relevantes para o setor, assim como perspetivar as linhas futuras da política agrícola após 2020".

Serão igualmente

debatidas as perspetivas no comércio mundial do azeite, intervenção que fica a cargo do diretor executivo do Conselho Oleícola Internacional (COI), Abdellatif Ghedira, assim como o papel da

Inovação na Agricultura, que será analisado pelo comissário português Carlos Moedas.

A visão do Parlamento Europeu na PAC pós-2020 será partilhada no evento por Paolo de Castro, eurodeputado e vice-presidente da Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural. Phil Hogan falará do futuro da PAC pós-2020, no contexto da proposta de orçamento europeu apresentada pela Comissão Europeia.

De acordo com os últimos dados revelados pelo SIAZ – Sistema de Informação do Azeite e Azeitona de Mesa do GPP, na campanha 2017-2018 o volume de produção nacional de azeite situou-se nas 125 mil toneladas. Portugal é, assim, o nono maior produtor mundial, de acordo com o COI, com 2,7% da produção.

No país, o Alentejo destaca-se, com 78% da produção, se-

guindo-se a região Norte (11%), Lisboa e Vale do Tejo (5%) e a região Centro (4%). De acordo com os últimos dados do SIMA – Sistema de Informação de Mercados Agrícolas, as cotações a granel na área de mercado Trás-os-Montes subiu para 3,70 €/kg (+0,25 €/kg) no azeite virgem extra e a cotação mais frequente a granel do azeite virgem mais frequente do azeite virgem extra engarrafado (garrafão de cinco litros) desceu 18 centimos/kg na área de mercado Trás-os-Montes. A nível nacional, as cotações mais frequentes

do azeite virgem extra engarrafado variaram entre os 4,07 €/litro e os 5,10 €/litro.

Em Espanha, os preços são mais baixos. As cotações do azeite virgem extra a granel variaram entre o mínimo de 2,90 €/kg nos mercados regionais de Jaén, Extremadura e Granada e o máximo de 3,10 €/kg nos mercados regionais de Sevilha, Toledo e Catalunha.

Em Portugal, nos primeiros quatro meses da campanha 2017-2018 as exportações de azeite aumentaram 38% em volume e 60% em valor, face ao período homólogo.



Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa.



PUB

5 | 6 | 7 SETEMBRO 2018
Valada do Ribatejo



AGROGLOBAL

WWW.AGROGLOBAL.PT



Nós semeamos... **NEGÓCIO!**

Bean Ready vence prémio Ecotrophelia Portugal



TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Bean Ready'. Uma feijoada vegetariana, pronta-a-comer, rica em fibra, proteína, com baixo colesterol e confeccionada com produtos tradicionais portugueses ganhou a edição de 2018 do prémio Ecotrophelia Portugal.

A equipa que criou a 'Bean Ready' é composta por quatro alunas universitárias: três do primeiro ano de mestrado em Engenharia Alimentar da Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica do Porto (ESB-UCP) e uma do primeiro ano de mestrado em Gestão da Universidade do Minho (UM). As vencedoras vão agora representar Portugal na competição europeia do prémio Ecotrophelia

rem o produto, a marca, o 'packaging' e o plano de negócios para o 'Bean Ready'. "É muito gratificante este prémio", diz, ciente de que o caminho passa agora por concluir o mestrado e efetuar "diligências" para promover o conceito e transportá-lo para o prato dos consumidores.

Além do primeiro prémio, o júri, liderado pela APCER e que contou com um painel de peritos provenientes de parceiros do setor agroalimentar português e internacional (Direção-Geral da Saúde, Aveleda, DoctorGummy, Frulact, Nata Pura e University College Cork), atribuiu o segundo prémio à 'Leguté'. A equipa, constituída por quatro alunos do mestrado em Biodiversidade e Biotecnologia Vegetal do Departamento de Ciências da

As 10 equipas finalistas eram constituídas por alunos universitários do Minho, Porto, Coimbra, Leiria e Beja. Apresentaram propostas de biscoitos doces e produtos de pastelaria, cremes para barrar, refeições preparadas, acompanhamentos, sobremesas e bebidas

na feira SIAL Paris, em França, em outubro.

Foram apanhadas de surpresa pela "Vida Económica" mal saíram do palco após receberem o prémio e dizem que não têm ainda em mente como vão transformar em negócio esta ideia premiada. Mas todas manifestaram uma certeza: "isto é para andar para a frente".

Patrícia Soares fala em nome das colegas. Não esconde a satisfação nem mesmo o facto de chegar até aqui ter sido "um pouco difícil", implicando "deadlines" muito apertadas", como referiu Manuela Vaz Velho, administradora da PortugalFoods. A aluna garante, contudo, que vão tirar partido do trabalho da "equipa multidisciplinar" que tiveram de criar para conceber

Vida da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, concebeu uma gama composta por três variedades de patês – feijão, ervilha e tremço – 100% naturais, ricos em proteína, fibra, vitaminas e antioxidantes e com baixo teor de gordura e zero colesterol.

O terceiro prémio e a menção honrosa foram ambos entregues à equipa 'Drechies Salt&Dreche', constituída por alunos da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto e da Escola de Arquitetura da Universidade do Minho. Os alunos desenvolveram um 'snack' salgado, composto por 'dreches' – resíduos da fabricação de cereais – e especiarias, estas consideradas "o primeiro o elemento inovador deste produto".

Colinas do Douro investe 5,5 milhões em adega própria com 'mão' de Souto Moura

A Colinas do Douro, que detém uma quinta com 450 hectares, dos quais 106 hectares de vinha a uma cota de 640 metros em pleno Parque Internacional do Douro, entre os concelhos de Figueira de Castelo Rodrigo, Vila Nova de Foz Côa e Almendra, arrancou, em finais de maio, com a construção de uma adega própria, desenhada em coautoria pelos arquitetos Eduardo Souto Moura e Ricardo Rosa Santos. O investimento é de 5,5 milhões de euros e o prazo de construção da obra de 19 meses, revelou à "Vida Económica" o enólogo e diretor de produção, Jorge Rosa Santos.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

A quinta da Colinas do Douro orgulha-se de estar situada "na abrupta transição dos granitos do planalto beirão para as primeiras dobras de xisto do rio Douro", entre penedos e escarpas, lá onde o enólogo e os demais



Jorge Rosa Santos, enólogo e diretor de produção da Colinas do Douro.

as nossas vinhas", refere Jorge Rosa Santos.

Além da adega, que terá capacidade para 1,5 milhões de litros de vinho, será construído um pavilhão para apoio agrícola que "envolverá toda a parte técnica de vinificação". E também será criada uma loja de vinhos, estando igualmente a ser preparada oferta na área do enoturismo, que inclui "um circuito de visitas à quinta e uma sala multifacetada para eventos".

O objetivo está traçado: se na

sul em 2007 para uma aventura na Nova Zelândia. Está agora de pé firme no Douro, onde regressou em 2015. Ali assumiu a direção de produção da Colinas do Douro, depois de ter sido o enólogo na Quinta do Couquinho, entre 2004 e 2007.

Em entrevista à "Vida Económica", assume que tem como "grande objetivo colocar a Colinas do Douro na rota dos grandes produtores do país". E garante que este projeto de arquitetura, em coautoria entre o prémio Pritzker 2011, Eduar-



colaboradores trabalham "de forma intensa e genuína, sol a sol, vindima após vindima" e criam vinhos que transmitem "um Douro superior". E sempre "respeitando e potenciando a riquíssima biodiversidade local", para que os néctares ali produzidos expressem a "elegância, frescura e mineralidade" daquele 'terroir'.

A empresa, que também ali detém mais de 15 hectares de olival, produziu 600 toneladas de uvas na última vindima, das quais engarrafaram 400 mil garrafas. Mas, por não terem adega própria, têm andado a vinificar em centros de vinificação arrendados. Por essa razão, definiram como estratégia "ter uma adega própria, até para valorizar o nosso património e

última vindima engarrafam 400 mil garrafas – das quais 40% para exportação para a Suécia, Alemanha, Estados Unidos, Angola, Brasil e China – e venderam 200 toneladas de uva a outros engarrafadores, "num curto espaço de tempo vamos inverter esta situação e, quem sabe?, em 2019, já não estaremos deficitários em uvas e tere-mos de vir a comprar", refere o enólogo.

Jorge Rosa Santos: de Lisboa para a Austrália e para o Douro

Jorge Rosa Santos nasceu, cresceu e formou-se em Lisboa. E, acabado de sair de Agronomia, em 2004, viajou para a Austrália. Regressou ao hemisfério

do Souto Moura, e o seu irmão, Ricardo Rosa Santos, vai ser "impactante". Não tem, aliás, dúvidas de que se trata de "um investimento grande", mas que as "linhas sóbrias de uma arquitetura em concordância com o espaço envolvente" não devem conferir à nova adega o estatuto de "um projeto estruturante". Estruturante, não só para a empresa, mas para a "economia local", porque permitirá, até, "captar investimento para a região".

A Colinas do Douro já assume 12 postos de trabalho (oito trabalhadores agrícolas, três trabalhadores na adega e um no 'back-office'), mas, com o projeto da adega concluído, "deveremos contratar mais seis pessoas".

CETA permite poupar mais de 500 milhões por ano nas exportações para o Canadá

O Acordo Económico e Comercial Global (CETA) entre a União Europeia (UE) e o Canadá, assinado em 30 de outubro de 2016, foi aprovado pelo Parlamento português a 20 de setembro de 2017. Votaram a favor o PS, PSD e CDS-PP e contra o Bloco de Esquerda (BE), PCP, PEV e PAN. E, "embora suscitando algumas dúvidas específicas" e "após longa ponderação", foi ratificado pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, a 9 de dezembro de 2017.

De acordo com o relatório publicado "A União Europeia em 2017", da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, o CETA "fará poupar às empresas da UE mais de 500 milhões de euros por ano em direitos aduaneiros sobre os produtos que exportam para o Canadá". Deverá "eliminar 98% dos direitos aduaneiros entre ambos os mercados e incentivará o comércio e o investimento", beneficiando 500 milhões de consumidores da UE.

Para o ministro da Economia não há dúvidas: "este acordo de comércio alarga muito a margem e a capacidade das empresas portuguesas para entrarem no mercado canadiano" e é ainda "uma porta de entrada para o mercado dos EUA e do NAFTA".

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

ta, na recente visita ao país de Justin Trudeau.

Além disso, o acordo UE-Canadá "é também uma porta de entrada para o mercado dos Estados Unidos e o NAFTA [Tratado Norte-Americano de Livre Comércio ou, em inglês, North American Free Trade Agreement], que é semelhante ao da UE e muitíssimo interessante", nota Caldeira Cabral.

Aliás, diz o governante, "este exemplo da fábrica da Frulact mostra bem que, para além do interesse nas exportações, há interesse em poder entrar com investimento, como este que aqui está feito e que é, não apenas para servir o mercado canadiano, mas todo o mercado norte-americano, incluindo o grande mercado dos Estados Unidos".

Portugal ganha "um geoposicionamento pendular e central"

A Frulact conhece bem o Canadá. Detém hoje naquele país uma empresa 100% canadiana, com a sua sede social e fiscal na província de Ontário. Também por esse motivo, "não há,



Paulo Nunes de Almeida
Presidente da AEP
- Associação Empresarial de Portugal

estratégico nas relações económicas e comerciais entre dois continentes (América e Europa) e entre o Canadá e a UE.

Regressado a Portugal e questionado de novo, o administrador da Frulact reforça a ideia de que este acordo de livre comércio, em especial com a redução de taxas aduaneiras, "vem criar relações económicas preferenciais entre a UE e o Canadá, estimulando com um impacto económico os fluxos comerciais". Assim, "a autoestrada que agora se cria reposiciona a UE como um parceiro comercial transatlântico, logo virando-a a mais a Ocidente". Portanto, nesse contexto comercial, "Portugal tem não um papel periférico, mas sim um geoposicionamento pendular e central".

"Ações concretas de diplomacia económica"

O administrador da Frulact explica melhor. Por um lado, diz, "Portugal tem infraestruturas (e mais deveria ter) para poder funcionar como primeira porta de entrada no espaço europeu de produtos com origem no Canadá, atenta a sua localização geográfica privilegiada".



André Rocha
Administrador executivo da Frulact

tagens competitivas na relação com o Canadá", quer na "captação de investimento canadiano que permita, certamente, dotar o nosso país de novas competências".

Devemos, pois, ser "seletivos, seja no 'inbound' ou no 'outbound' [entrada e saída], e gerir as relações comerciais setorialmente e não casuisticamente". E o administrador da Frulact não duvida: depois da visita do primeiro-ministro ao Canadá, a perceção da comitiva portuguesa será "a mesma", pelo que seguirão "esse caminho", dando-lhe "natureza estratégica".

AEP: visita de António Costa "abriu portas" no Canadá

Paulo Nunes de Almeida liderou uma missão empresarial de oito empresas ao Canadá, organizada pela AEP, aquando da visita de António Costa àquele país. Em declarações à "Vida Económica" o presidente da Associação Empresarial de Portugal é taxativo: "o facto de estarmos 'incorporados' na visita do senhor Primeiro-Ministro permitiu que nos fossem 'abertas' algumas



Manuel Caldeira Cabral
Ministro da Economia

Portugal foi dos primeiros países a assinar o CETA", frisou Manuel Caldeira Cabral em declarações à "Vida Económica" em Kingston, no Canadá, no início de maio, à margem da inauguração oficial de uma unidade industrial de preparados de fruta da Frulact naquele país.

O governante lembrou que este "é um acordo comercial que baixa as tarifas de acesso ao mercado canadiano". Aliás, "para produtos importantes como os têxteis, vestuário ou calçado, tem reduções de tarifas que chegam aos 20%, noutros produtos 10% a 15% e, nos produtos alimentares, para além da redução de tarifas, facilita muito a entrada" no país, assim como "o licenciamento" industrial.

Por outro lado, diz o ministro da Economia, "a entrada no mercado fica muito mais facilitada, abrindo muitas possibilidades para as exportações, que já estão a crescer a um ritmo muito bom para o Canadá". Em 2017, "cresceram quase 20% e esperamos que, este ano, possam ter um crescimento até mais forte".

Em suma, o CETA "alarga muito a margem e a capacidade das empresas portuguesas para entrarem no mercado canadiano, que é muito interessante, com quase 40 milhões de cidadãos e um elevado poder de compra", destaca o ministro da Economia, que acompanhou o Primeiro-Ministro, António Cos-

diretamente, um benefício acrescido nas relações tarifárias estabelecidas" com o Canadá, explica André Rocha, administrador executivo da empresa, pois, "pela natureza da nossa atividade, os bens transacionados não terão proveniências ou destinos transatlânticos".

A verdade, diz André Rocha, é que, "durante a fase de construção da nossa unidade Industrial, foi necessário investir muitíssimo na construção do nosso

As empresas europeias apenas podem beneficiar do tratamento pautal preferencial ao abrigo do CETA se estiverem registadas no Sistema de Exportador Registrado (REX). As empresas portuguesas devem consultar no Portal das Finanças o Ofício Circulado nº 15591, de 12 de junho de 2017, sobre o CETA – Prova de Origem

mercado e, nessa altura, foram muitas as exportações que fizemos com origem na Europa tendo como destino o Canadá". Mas, "infelizmente, nessa altura, as virtudes e vantagens do CETA não estavam ainda em vigor".

Ainda assim, André Rocha vê múltiplas vantagens no CETA. Em conversa com a "Vida Económica" em Toronto, frisou que, sendo de um modo geral positivo para a UE, "recentra Portugal no mapa mundial", tornando-o um ponto

Depois, o nosso país "tem uma ligação cultural profunda ao Canadá", até pela "presença de uma fortíssima comunidade portuguesa", 70% da qual com origem nos Açores, "o que certamente facilitará os fluxos comerciais beneficiados pelo CETA". Em terceiro lugar, "a ligação de Portugal com países africanos de expressão portuguesa (e aqui deverá reforçar-se e integrar-se muito mais a CPLP) permitirá fazer a triangu-

lação comercial entre três continentes". E Portugal pode ser "o pêndulo de mais amplas e profundas relações comerciais triangulares, potenciando a língua portuguesa".

Questionado sobre se Portugal está a tirar o devido partido deste (novo) potencial geoestratégico, André Rocha defende que o país "deverá ter ações muito concretas e direcionadas de diplomacia económica". Quer na "promoção específica de setores com van-

portas que, de outra forma, seriam mais difíceis de conseguir".

Certo de que esta abertura ao comércio livre através do CETA "permite ampliar e facilitar o acesso de produtos nacionais ao mercado canadiano", Paulo Nunes de Almeida sublinha que, apesar de estarmos em presença de "um mercado maduro", o mesmo é "constituído por uma população jovem, ativa e com poder de compra, aberta a novos produtos", dada até a "grande diversidade cultural em virtude da sua política de imigração". Razão por que "as nossas empresas poderão ter um grande potencial de crescimento, em vários setores e, em particular, no agroalimentar".

Aliás, o facto de o Canadá impor "'standards' de proteção alimentar, sanitária ou ambiental e de também incluir um capítulo sobre desenvolvimento sustentável" dá "garantia de que as empresas portuguesas irão competir neste mercado sobre a égide da mesma regulamentação que os seus concorrentes".

Além do mais, beneficiando dos dois grandes acordos de comércio livre quase "simultâneos" – UE/CANADÁ e UE/MERCOSUL –, Portugal pode vir a ter "um papel privilegiado, face ao relacionamento com os dois 'blocos' e enquanto estado-membro da UE". Para o presidente da AEP, o país "pode assumir um papel de relevo, caso tenha a lição bem estudada".